

Sarney, José.

NOVA REPÚBLICA

O DISCURSO ficou no bolso

Figueiredo recusou-se a ler mensagem que faria na transmissão da faixa presidencial

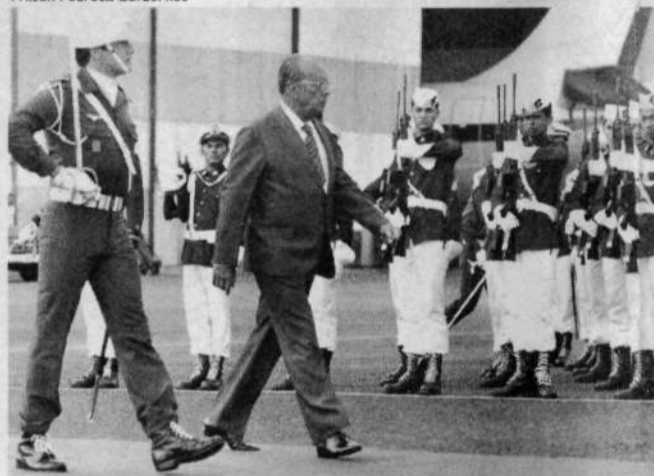
RUDOLFO LAGO
DA EQUIPE DO CORREIO

São as palavras de um homem derrotado. De um homem que falhou em quase todas as tarefas a que se atribuiu no exercício da Presidência da República. Que entregou um país endividado e com inflação alta. Conflagrado. Que viveu em seu período atentados a bomba. Rebeliões vindas da direita e da esquerda. Multidões nas ruas exigindo o fim do regime que sustentava. Mesmo a concretização do único compromisso que assegurava, o ex-presidente João Batista Figueiredo viu acontecer como derrota. Ao tomar posse, Figueiredo disse que faria do Brasil uma democracia, "na lei ou na mara", doesse a quem doesse. Mas Figueiredo imaginava uma transição democrática que mantivesse no poder os mesmos que sustentaram a ditadura militar. Ao final, acabou deixando o poder e o Palácio do Planalto pela pronta dos fundos. No bolso, um discurso que nunca saiu. E que permaneceu inédito por vinte anos. Até agora.

O discurso que Figueiredo faria na transmissão da faixa presidencial ao presidente eleito, Tancredo Neves, ficou desde 1985 guardado por um ex-assessor do Palácio do Planalto. Na última quinta-feira, o jornalista Chico Santana o obteve para um documentário da TV Senado. No trabalho, foi reproduzido um trecho do documento inédito. Que agora passa a ser conhecido na sua íntegra, com exclusividade (*leia ao lado*).

Figueiredo não aceitava que o vice-presidente José Sarney tomasse posse no lugar de Tancredo, impossibilitado de assumir o cargo em virtude da cirurgia de emergência a que teve de ser submetido na véspera. Para o general-presidente, Sarney, que até há poucos meses presidia o PDS, o partido da situa-

Wilson Pedrosa/CB/26.4.83



JOÃO FIGUEIREDO: PRESSÕES NOS ÚLTIMOS DIAS DA DITADURA

ção, que sustentava o regime, era um traidor. Diante da certeza de que Sarney assumiria o cargo, Figueiredo não lhe transmitiu a faixa. E, em silêncio, deixou o poder para os civis que o sucederam.

No discurso que não fez, Figueiredo deixa claras as pressões que recebia naqueles últimos dias da ditadura militar. Até o último momento, a chamada *linha dura* do Exército resistiu à redemocratização. A força desse grupo foi sentida em episódios como a bomba do Riocentro (uma bomba, que seria colocada dentro de um auditório com milhares de pessoas que assistiam a um show de música, explodiu por acidente dentro do carro dos militares terroristas).

Por outro lado, Figueiredo enfrentou também a pressão dos milhões de cidadãos que foram às ruas nos comícios da campanha das Diretas Já. "Não dei ouvidos à voz dos que me apontavam caminhos incompatíveis com as imposições do bem coletivo", diria, em resposta aos primeiros. "Não

me seduziu a demagogia dos que procuravam o favor da opinião pública à custa daquilo que, na intimidade do meu ser, considerava somente o interesse nacional", responderia aos segundos.

Figueiredo reconhece, no entanto, que, apesar de não terem ocorrido as eleições diretas, a transição democrática fugiu-lhe ao controle, com a derrota de Paulo Maluf e a vitória de Tancredo na eleição indireta do Colégio Eleitoral. O ex-presidente admite, porém, que os militares já não eram tão fortes para evitar o trem da história. Nadavam contra uma corrente mundial de democratização, que deram fim a outras ditaduras, como as da Argentina e da Espanha. "Vivemos período de transição, rápida e perturbadora. Transição que não é somente nossa. Transição que é mundial. O mundo vive, pela primeira vez, a mesma história", comentaria.

Figueiredo lembraria o seu compromisso de tornar o Brasil uma democracia. Mas a democracia controlada, "lenta e gradual", do processo de abertura que Ernesto Geisel imaginou e que Figueiredo concluiu. "A democracia que se implantou constitui processo para solução pacífica, dentro do diálogo e do entendimento, de todas as grandes questões, que se propõem no quadro político. É a democracia que promove a concórdia, respeita as opiniões, e repele o fanatismo". E, novamente dirigindo-se à *linha dura*, diria: "Essa democracia, contrariamente ao que sustentam os seus críticos, é governável, plenamente governável. A prova está na sua prática efetiva e fecunda nos países mais prósperos do planeta."

"Presidente Tancredo Neves, confio em sua vontade de servir. Que Deus o ajude", desejaria João Batista Figueiredo, ao final. Deus não teve a oportunidade de ajudar Tancredo Neves. E a Sarney, Figueiredo nada quis desejar.

DOCUMENTO QUE ENTROU PARA A HISTÓRIA

Íntegra do discurso que o então presidente faria na transmissão do cargo para Tancredo Neves

Trago a consciência tranqüila e o ânimo sereno de quem sabe que cumpriu o seu dever e saldou os compromissos assumidos consigo mesmo e com a nação.

Empenhei todas as energias físicas e intelectuais no desempenho das obrigações do cargo que ocupei.

Somente me deixei guiar, em todas as circunstâncias, pelo interesse público.

Não dei ouvidos à voz dos que me apontavam caminhos incompatíveis com as imposições do bem coletivo.

Não me seduziu a demagogia dos que procuravam o favor da opinião pública à custa daquilo que, na intimidade do meu ser, considerava somente o interesse nacional.

O meu primeiro pensamento, neste instante histórico, se dirige ao povo brasileiro, bom e generoso.

Sou-lhe reconhecido pelas demonstrações de simpatia e afeto que sempre me testemunhou.

Fico triste por não ter podido fazer o que desejava pelos que mais necessitavam.

Agradeço a todos aqueles que diretamente me auxiliaram com lealdade, abnegação, discernimento, espírito público e patriotismo, a desempenhar o duro, complexo e penoso encargo, que recaiu sobre a administração que hoje termina o seu mandato.

Vivemos período de transição, rápida e perturbadora. Transição que não é somente nossa. Transição que é mundial. O mundo vive, pela primeira vez, a mesma história.

Uma história perigosa, onde a sobrevivência corre riscos novos, resultantes de bombas outrora desconhecidas, como a bomba atômica e a bomba nuclear.

Restaurar, na sua plenitude, a democracia, era o primeiro dever, o ponto fundamental do meu programa.

A democracia é suscetível de aperfeiçoamento. Os frutos que aí estão, produzidos pelo exercício das prerrogativas democráticas, falam por si mesmos.

A democracia que se implantou constitui processo para solução pacífica, dentro do diálogo e do entendimento, de todas as grandes questões, que se propõem no quadro político.

É a democracia que promove a concórdia, respeita as opiniões, e repele o fanatismo.

Essa democracia, contrariamente ao que sustentam os seus críticos, é governável, plenamente governável. A prova está na sua prática efetiva e fecunda nos países mais prósperos do planeta.

Apesar dos obstáculos, que reduziram a amplitude do que se pretendia realizar, o Brasil hoje é um país saudável, próspero, sólido, cujos recursos e cuja infraestrutura asseguram a seu povo futuro promissor.

Governantes e governados respondentes pelo destino do país.

Como presidente da República, enfrentei toda a sorte de dificuldades em ordem econômica, na ordem social e na ordem política.

Mantive, porém, intransigentemente, os rumos que me tracei. Cumpri, assim, em período complexo e difícil, a palavra empenhada.

Presidente Tancredo Neves, Confio em sua vontade de servir.

Que Deus o ajude.

José Varella/CB



AÉCIO NEVES (E) CUMPRIMENTA O EX-PRESIDENTE E SENADOR JOSÉ SARNEY, QUE DISCURSOU NO SENADO DURANTE COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DE RETORNO À DEMOCRACIA

EMOÇÃO NO PLENÁRIO

Há vinte anos, eles se recusaram a participar da solução encontrada para redemocratizar o país. Ao considerar que o único caminho legítimo para deixar a ditadura militar eram as eleições diretas, o PT negou-se a votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Hoje, no poder, os petistas são atualmente os maiores beneficiários do processo que se iniciou no dia 15 de março de 1985. Como, porém, não estava entre os protagonistas daquele momento, ontem, no Senado, quando se comemorou o aniversário da democracia brasileira, os petistas foram meros coadjuvantes na festa.

Apenas o líder do partido no Senado, Delcídio Amaral (MS), um neopetista com pouco tempo de agremiação, discursou. E elogiou aquele que os petistas não apoiaram há vinte anos. Delcídio mencionou a atuação de Sarney, "que teve de substituir Tancredo Neves e afastou definitivamente o fantasma do retrocesso".

Na sessão solene marcada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), as maiores estrelas foram os peemedebistas e pefelistas que participaram das articulações que garantiram a

vitória de Tancredo e a posse de Sarney. O plenário estava lotado de personalidades que viveram aquele momento. Desde a cantora Alcione, uma das artistas que se engajaram ao movimento pelas eleições diretas e depois à campanha de Tancredo, até a maioria dos ministros do governo Sarney. Como Leônidas Pires Gonçalves (ex-ministro do Exército), Fernando Lyra (da Justiça) e Mailson da Nóbrega (da Fazenda). O neto de Tancredo, o hoje governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), e o autor da derrotada emenda que tentou restabelecer naquele momento o voto direto para presidente da República, o ex-deputado e ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira.

Principal estrela da sessão, Sarney fez seu discurso com o mesmo bordão com o qual iniciava seus pronunciamentos como presidente da República: "Brasileiras e brasileiros". O hoje senador pelo Amapá voltou a lembrar das dificuldades que sofreu ao assumir um governo que herdou por fatalidade. "Ninguém governa o tempo que governa", disse Sarney. O ex-presidente lembrou que Tancredo era, na sua essência, um conciliador. "Só não transiji com os princípios, costumava dizer ele", recordou Sarney.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que, apesar da consolidação da democracia, os políticos ainda não conseguiram resolver um débito para com o país: a dívida social.

ARQUIVOS SECRETOS

No dia em que o país comemora 20 anos de redemocratização política, a Câmara aprovou a Medida Provisória 228, que trata da divulgação de arquivos sigilosos, entre os quais documentos da ditadura militar. O texto permite à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, ligada à Casa Civil da Presidência da República, definir o prazo final de sigilo de informações consideradas ultra-secretas. O projeto de conversão da MP segue agora ao Senado. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), relator da MP na Câmara, fez questão de definir o tipo de documento que poderá ter o prazo estendido pela comissão: papéis "que ameacem a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais", como papéis relativos à guerra do Paraguai. Nesses casos, os documentos são considerados ultra-secretos. Têm prazo de sigilo de 30 anos, prorrogáveis por mais 30. Passado esse tempo, a autoridade responsável pelos documentos poderá pedir a extensão do prazo.